

AS 22928

Arquiteto defende o PDU como garantia da qualidade de vida

"O poder da decisão nas questões urbanas devè pertencer à comunidade". A declaração é do presidente nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Fernando Burmeister, feita ontem, em Vitória. Ele defendeu ainda o Plano Diretor Urbano (PDU) da capital, afirmando que "ele garante um controle da qualidade de vida e crescimento ordenado".

O arquiteto veio a Vitória para uma conferência na Terceira Semana Capixaba de Arquitetura, promovida pela seção capixaba do IAB. Fernando Burmeister, em entrevista coletiva, afirmou que existe necessidade de se avaliar as condições do exercício profissional do arquiteto.

QUALIDADE

Ao explicar que houve uma mudança "qualitativa e quantitativa no País", introduzida, sobretudo, pelo acordo MEC-Usaid, Fernando Burmeister declarou que, de sete escolas de arquitetura existentes em 1966, o Brasil tem hoje 42, "com alguns processos no MEC que deverão ser atendidos". Em 1966, 800 profissionais eram formados no país e a oferta de vagas em 1980, para o primeiro semestre letivo nas várias escolas, foi de 5.200 alunos.

"Um bom número de escolas não tem condições mínimas para funcionar. No Espírito Santo existiu interesse do Departamento do IAB na abertura do curso", disse Fernando Burmeister. E as escolas particulares foram amplamente criadas após o acordo MEC-Usaid.

O PROFISSIONAL

O presidente nacional do IAB assegurou que "o perfil da atuação do profissional mudou. De liberal, que ainda existe em cidades menores, hoje a categoria passou a ser assalariada. Diria que 70 por cento dos arquitetos são assalariados e a formação profissional não leva isto em conta. Guardamos vícios de formação de uma realidade que mudou e o arquiteto se frustra quando não elabora o projeto e o seu trabalho engloba outras atividades além desta".

"Tentamos avaliar, nas diversas regiões do País, as formas de atuação do profissional arquiteto, em face da realidade brasileira. Entendemos que não se pode discutir legislação profissional sem compreender a sua participação", afirmou Fernando Burmeister. Ele admitiu que o arquiteto é um profissional dissociado da população, "problema não só de nossa categoria, mas também dos médicos, dos advogados, entre outras".

Sobre os planos diretores urbanos, os PDU's como o que está sendo debatido em Vitória, o presidente do IAB nacional afirmou que eles garantem controle da qualidade de vida e um crescimento ordenado. Uma das preocupações dos arquitetos, segundo seu representante, é com quem tem o poder de decisão na questão urbana.

Ele foi taxativo ao afirmar que este controle, deve pertencer à comunidade, embora revelando que, "de imediato, não se tem perspectivas dentro da estrutura do Poder que temos no Brasil. A comunidade, contudo, tem que ter o direito de decidir sobre as questões urbanas e não apenas o de reclamar e pagar impostos", sentenciou o arquiteto Fernando Burmeister.

"Estamos tentando sair de um período de arbitrio em que as decisões saiam de gabinetes e que o uso da terra deve ser regulado pela necessidade da população", afirmou o presidente do IAB. Para ele, 80 por cento das construções feitas no País não são trabalhos dos arquitetos. Existem muitas maneiras de se atravessar a Lei", disse.

PROGRAMA INEFICAZ

Sobre a programação habitacional do governo, conduzida pelo Banco Nacional de Habitação — com as Cohab e Inocoops — o presidente do IAB disse: "basicamente não existe um programa habitacional e os arquitetos têm posição formada sobre o BNH é essa política do Governo. O que existe é um Sistema Financeiro de Habitação, que se apresenta ineficaz".

Fernando Burmeister disse que o Governo trata o problema de forma "paternalista e demagógica. Os recursos aplicados na habitação se destinam a manter o nível de emprego da construção civil e não a resolver o problema habitacional. O problema é colocado a nível quantitativo, sem preservar a qualidade".

- A área mínima que se discutiu para as habitações chegou a 20 metros quadrados e depois mesmo a zero metro quadrado que o do programa dos lotes urbanizados. Além de ser exigida uma extensão mínima, tem que se dispor de outros elementos para garantir um mínimo de qualidade de vida. A intenção do Governo é tornar as pessoas proprietárias, dentro de uma perspectiva pequeno burguesa, mas o sistema financeiro gera inadiplentes" — explicou.

Para Fernando Burmeister, a solução para o problema habitacional, do uso do solo, do espaço urbano "está ligado ao problema brasileiro. Tem-se também a questão do solo rural. Existe perspectiva de liberação de mão-de-obra que aumenta o problema a nível urbano, tornando-o incontrolável. Enquanto não tivermos modificação de estrutura fundiária, uma reforma agrária, estaremos criando a inchação das cidades".

Jesuna, 19 A GO 80